



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 2/2015
SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DE 25-04-2015**

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 2 da Sessão Extraordinária de 25-04-2015

LOCAL - Casa do Povo de Maiorca-----

DATA -25 de abril de 2015-----

INICIO - Onze horas-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira..... PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto..... PS

2ª SECRETÁRIA - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva..... PS

MEMBROS - Mário João Menezes Paiva PS

Ana Margarida Pinto da Cunha PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Fausto Fernando Santos Loureiro PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz CDU

Luís Manuel Mendes Ribeiro PS

Vânia Isabel Duarte Batista SOMOS FIGUEIRA

Ana Raquel Mendes Correia..... PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes PS

José Augusto Fernandes Mateus PS

Mário da Silva Esteves SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves CDU

Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa SOMOS FIGUEIRA

Fernando Miguel Gonçalves Pereira PS

Natália Jerónimo Pires..... SOMOS FIGUEIRA

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos BE

Nuno Miguel Garcia Carvalho..... SOMOS FIGUEIRA

Mário Alberto Gomes Oliveira..... CDU

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da Silva PS

(Alqueidão) Luís Miguel Martins Bento PS

(Bom Sucesso) Mário Fajardo Acúrcio INDEPENDENTE

(Buarcos) José Manuel Matias Tavares PS

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro PS



(Lavos)	José Elísio Ferreira de Oliveira	INDEPENDENTE
(Maiorca)	Filipe Humberto Mateus Dias	SOMOS FIGUEIRA
(Marinha das Ondas)	Manuel da Silva Caiano	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	SOMOS FIGUEIRA
(Paião)	João Paulo Gonçalves Pinto	PS
(Quiaios)	Maria Fernanda Marques Lorigo	PS
(São Pedro)	António Manuel dos Santos Salgueiro	PS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

José Manuel Pereira da Costa por Nuno Miguel Garcia Carvalho, Manuel da Conceição Rodrigues Nada por Manuel da Silva Caiano.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

José Manuel Pereira da Costa e Manuel da Conceição Rodrigues Nada.....

FALTAS

João Gomes Lopes.-----

As cerimónias iniciaram-se no Largo da Feira Velha, em Maiorca, com o Hastear da Bandeira Nacional, sendo a guarda de honra prestada pelos Bombeiros Municipais e Voluntários da Figueira da Foz, e o Hino Nacional tocado pela Associação Musical União Filarmónica Maiorquense. De seguida, as pessoas deslocaram-se para a Casa do Povo de Maiorca, onde decorreu a Sessão Extraordinária comemorativa do 41.º aniversário do 25 de Abril.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Senhor Presidente da Câmara, Senhor Orador Oficial desta Sessão, Dr. António Arnaut, Senhor Representante da Associação 25 de Abril, Capitão de Mar e Guerra João Pereira Bastos, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Exm.ªs Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas presentes, Senhores Convidados, Filarmónicos da Associação Musical União Filarmónica Maiorquense, Senhores elementos do Coral David de Sousa, Dona Maria João Sousa, que teremos o prazer de ouvir no final desta sessão solene, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, está aberta a Sessão Solene da Assembleia Municipal da Figueira da Foz Comemorativa do quadragésimo primeiro Aniversário da Revolução do 25 de Abril."-----

Logo a seguir a Filarmónica da Associação Musical União Filarmónica Maiorquense tocou o Hino Nacional.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, nosso anfitrião e a quem, desde já, agradecemos a hospitalidade e a forma como fomos recebidos.-----"

FILIPE HUMBERTO DIAS: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Arnaut, Senhor Capitão de Mar e Guerra João Bastos, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores elementos da Assembleia de Freguesia, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, Filarmónicos da Associação Musical União Filarmónica Maiorquense, Senhores elementos do Coral David de Sousa, Dona Maria João Sousa, coletividades presentes, Minhas Senhoras e Meus Senhores, a todos vós Bem vindos a Maiorca.-----"

É com enorme orgulho que vos dou as boas vindas a Maiorca, neste dia tão importante para a Democracia e Liberdade de todos os Portugueses, e hoje com um significado especial para todos os Maiorquenses.-----"

Na conjuntura que vivemos, com a crise de valores que se vive no mundo, e sobretudo em Portugal, este dia toma um significado ainda maior. Nos últimos meses, o mundo sofreu ataques contra muitos dos valores de Abril, desde os ataques ao Charlie Hebdo em França, aos constantes ataques dos extremistas islâmicos, passando pelos recentes naufrágios dos navios de migrantes que tentavam chegar à Europa.-----"

Isto faz-nos questionar sobre se os valores de Abril ainda existem, e se no mundo ainda se praticam. Por outro lado, o Portugal de hoje também apresenta muitas diferenças, bem como, um enorme conjunto de problemas sociais que a nós não nos podem ser indiferentes.-----"

O desemprego, a constante emigração dos nossos jovens, o envelhecimento da nossa população, bem como, tantos outros problemas, devem ser alvo de atenção para todos nós, mas sobretudo para os agentes políticos que têm uma voz ativa nas instituições que representam na nossa democracia.-----"

Neste contexto, os partidos políticos devem sobretudo repensar a sua atuação. É necessário construir consenso e plataformas de entendimento em todas as áreas. A política deve ser feita em função do bem estar do povo, não em benefício de cada um de nós.-----"

Ao longo dos últimos anos, Portugal sofreu um Programa de Assistência Financeira, cujos seus efeitos, em determinados campos, foram perversos para todos os portugueses. Porém, os portugueses com espírito de sacrifício e esperança que os caracteriza ultrapassaram esta dura etapa.-----"



Contudo, aproximam-se novos tempos e novos desafios, os quais devem ser respondidos de acordo com as nossas possibilidades e estratégias, sem nunca esquecer os erros do passado, para assim se poder construir um futuro melhor.-----

Com o aproximar das eleições, os partidos não podem cair na demagogia eleitoral de prometer o que não pode ser cumprido, mas devem sim, repensar a sua atuação para que os portugueses acreditem nas instituições democráticas.-----

Ao longo destes quase seis anos de mandato que levo à frente da Junta de Freguesia de Maiorca, foi possível construir uma onda de voluntariado que em poucos lugares se encontra.-----

É encorajador ver a força com que as pessoas de várias faixas etárias, mas sobretudo com os jovens, despendem do seu tempo em prol do desenvolvimento da sua terra, sem pedirem nada em troca. Porém, é triste ver que muitos estão de partida, outros já partiram, e principalmente não acreditam nas instituições democráticas, e nas pessoas que os representam, muito menos no futuro do nosso país.-----

Mas se estes jovens insistem com a vontade de lutar pela sua terra natal, eu acredito que com certeza estão dispostos a lutar pelo seu país. É urgente cativá-los e demonstrar-lhes que a política existe a favor do povo e para o povo, e que, sem dúvida alguma, eles terão futuro no nosso país.-----

Termino a minha breve reflexão com um agradecimento muito especial à Direção da Casa do Povo de Maiorca pela amabilidade em preparar esta sala, bem como a todos os que estão aqui hoje presentes. Maiorca hospitaleira, independentemente da ocasião, estará sempre disponível para vos receber.-----

VIVA MAIORCA! VIVA A FIGUEIRA DA FOZ!-----

VIVA O 25 DE ABRIL!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Tinha pensado não fazer a apresentação do curriculum do nosso convidado, porque acho que um Democrata de ontem, de hoje e de sempre, reconhecida e merecidamente todos lhe chamamos o pai do Serviço Nacional de Saúde. Há dois dias recebi uma carta, da qual gostaria de focar dois ou três parágrafos. É de alguém, também um Democrata de ontem, de hoje e de sempre, que sempre esteve presente connosco, e que, pela primeira vez, não está presente numa sessão do 25 de Abril. Passo a ler alguns excertos: «Por motivos de saúde não me é possível, pela primeira vez, estar presente na sessão comemorativa da Libertadora Revolução de 25 de Abril de 1974...», depois um pouco mais à frente «António Arnaut, em boa hora escolhido para orador oficial, a quem a Democracia Portuguesa deve muitos e bons serviços e que tem a paternidade do Serviço Nacional de Saúde, sem dúvida uma



das mais importantes conquistas de Abril, saberá exaltar com o brilho que lhe é habitual, o significado patriótico do evento que se está a celebrar....», e mais abaixo, prestes a terminar «Já ouvi dizer a alguém: «A democracia é como jardim com lindas flores, tendo de ser cuidado com constante atenção e mesmo carinho, lutando por ela, sob pena de ser degradado por aqueles que não a apreciam e até combatem. ... Permita, Sr. Presidente, ser já a minha voz dizendo com emoção como tantas vezes já o fiz: Viva o 25 de Abril! Viva Portugal! Mais justo, progressista e solidário!»-----

Falo-vos do nosso concidadão Luis de Melo Biscaia.-----

A Nuno Melo Biscaia, seu filho aqui presente nesta Sessão Solene, em nome de todos nós um bem-haja ao Senhor seu pai, e que rapidamente se restabeleça.-----

Agora, dou a palavra ao orador convidado António Arnaut."-----

ANTÓNIO ARNAUT: "Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Ataíde e Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o meu conterrâneo Eng.º José Duarte, e Senhores Deputados Municipais, Exm.ªs Autoridades, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, Senhores Companheiros de Mesa, Senhores Convidados, Minhas Senhoras e meus Senhores. Uma palavra especial para o representante da Associação 25 de Abril, sem eles não estaríamos aqui.-----

Agradeço o convite para intervir nesta sessão e saúdo-vos a todos cordial e democraticamente. Sendo orador convidado e falando para uma Assembleia pluralista, que congrega entidades e representantes de vários setores sociais e políticos, tentarei encontrar um ponto de equilíbrio ou de consonância, baseando a minha intervenção nos valores de Abril, que todos partilhamos, embora não tenha deixado à porta a minha condição de democrata e socialista.-----

Estes valores, profundamente humanistas e patrióticos, estão traçados nos primeiros artigos da Constituição, que aqui resumo: Portugal é uma República Soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, «visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa», e tem como objetivo essencial «promover o bem estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses».-----

Eis aqui as linhas mestras do Estado Social de direito democrático, que é, na situação atual do mundo, o patamar mais elevado do regime democrático e de justiça social.-----



Antes de analisar brevemente essas linhas, que uma desumana economia capitalista neoliberal tenta apagar, em Portugal e na Europa, deixem-me citar a propósito do dia 25 de abril e da democracia, dois grandes poetas e cidadãos que honram Portugal. De Sophia, este poema bem conhecido:-----

«Esta é a madrugada que eu esperava-----

O dia inicial inteiro e limpo-----

Onde emergimos da noite e do silêncio-----

E livres habitamos a substância do tempo.»-----

De Antero de Quental este excerto de uma reflexão sobre a Democracia. Como a definiremos? Perguntou o poeta, e responde:-----

«É a igualdade social e económica, tendo por instrumento a liberdade política. É a partilha justa, entre todos os membros da sociedade, dos bens materiais, como garantia de uma igual distribuição dos bens morais entre todos. É a ponderação das forças sociais feita pela lei e pelo pacto livre, em vez de ser feita pelo acaso cego, pela luta fratricida, pelo equilíbrio, a cada momento instável, da concorrência. É o trabalho considerado, definitivamente e realmente, a única base do Estado. É a lei feita, enfim, por todos, em serviço de todos. É o povo chamado ao banquete olímpico da instrução, da prosperidade e da moralidade.»-----

Palavras sábias, escritas há 150 anos, mas ainda atuais e mobilizadoras perante o desânimo, o sofrimento e a «apagada e vil tristeza» em que vive Portugal, como se Abril não tivesse acontecido e o futuro então sonhado continuasse à espera.-----

O Estado Social tão arduamente conquistado, como modelo político europeu, após a 2.ª Grande Guerra, graças à conjugação de esforços de socialistas, sociais democratas e democratas cristãos que prezavam a doutrina social da Igreja, está meticulosamente a ser desconstruído por este neoliberalismo selvagem, por esta economia que «mata» na síntese expressiva do Papa Francisco. A dignidade humana, valor matricial da nossa Constituição e da nossa civilização e, sobretudo, a dignidade de amplas camadas sociais carenciadas, desde os reformados modestos, à classe média baixa, aos desempregados e trabalhadores pobres, foi e continua marcada com o ferrete da humilhação.-----

Poupo-vos os indicadores estatísticos que fazem de Portugal um dos países mais desiguais da Europa. O ano passado, em Portugal, mais de mil pessoas receberam por salários ou outras cortesias um milhão de euros, enquanto três milhões vivem à míngua.-----

Acentuo o valor da dignidade humana como identificador do Estado Social e da



Constituição de Abril, porque é ele que dá sentido à liberdade, postula a igualdade de direitos, inspira a solidariedade e conduz à sociedade mais justa e fraterna de que nos fala a nossa lei fundamental. Foi esse o espírito dos Capitães de Abril quando iniciaram o Movimento para derrubar a ditadura fascista, e foi esse o espírito que inspirou, ao longo dos séculos, os homens de boa vontade, que lutaram por um mundo sem opressores nem oprimidos, sem exploradores nem explorados.-----

A liberdade é geralmente considerada como a grande conquista da Revolução dos Cravos. Mas a liberdade, como nos ensinou António Sérgio, não é um conceito abstrato, nem se limita a fazer críticas ou manifestações.-----

A liberdade só tem sentido se for acompanhada da fruição efetiva dos direitos sociais, como a saúde, a educação, o trabalho, a habitação, a cultura e a segurança social. É neste sentido que a Constituição fala em democracia política, económica, social e cultural, ou seja, em Estado Social de direito democrático, a que alguns chamaram Estado Providência, porque provê às necessidades fundamentais dos cidadãos, e a que outros chamam apropriadamente Estado de Justiça Social.-----

Isto significa que a liberdade - conceito político - tem de ser articulada com a igualdade de direitos - conceito ético-social - porque só há verdadeira liberdade entre iguais. A igualdade de que falo é a igualdade em dignidade e não o igualitarismo, porque o Estado Social reconhece a iniciativa individual, premeia o trabalho e enaltece o mérito.-----

Vem a propósito citar a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 que no seu art.º 1.º, inspirada na conhecida trilogia Liberdade, Igualdade e Fraternidade, proclama: «Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos». É curioso anotar que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, resultante da Revolução Francesa que derrubou o Regime Absolutista e Feudal, e iniciou o Regime Liberal, apenas proclamava que os homens nascem livres e iguais em direitos.-----

O reconhecimento de igual dignidade de todos os seres humanos e da sua natureza inviolável é uma conquista da modernidade.-----

O que é interessante referir, como escreve Habermas, no seu Ensaio sobre a Constituição da Europa, «é o facto de o conceito filosófico de dignidade humana, que surgiu já na Antiguidade e alcançou em Kant uma versão que continua a ser válida, só ter sido incluído em textos de direito internacional após o fim da Segunda Guerra Mundial.» É por isso que, como acentua o filósofo alemão, «a dignidade humana é um sismógrafo que indica o que é constitutivo de uma ordem



jurídica democrática», sendo de relevar que é por esta porta que «o conteúdo igualitário e universalista da moral é importado para o direito», dando assim à política um sentido ético-social com o único objetivo de realizar o bem comum. Aliás, como nos ensinou Hegel, a política é o lugar privilegiado da ética, querendo dizer que a ação política, seja como for que ela se manifeste, desde o mais humilde ao mais alto cargo, deve ser exercida com dedicação e probidade, ao serviço do bem comum, do direito e da justiça. É por isso que o Estado Social, desenhado na nossa Constituição, é, como disse, o patamar mais elevado da democracia participativa, porque visa alcançar a justiça, garantindo a liberdade, a segurança e a dignidade, com as limitações apenas decorrentes dos recursos disponíveis e das circunstâncias históricas.-----

Falei-vos dos grandes valores ético-políticos que inspiram a Constituição da República e o Estado Social para vos dizer como eles estão a ser gravemente menosprezados nesta Europa neoliberal governada por representantes do grande capital financeiro sem alma nem rosto. A União Europeia nem sequer respeita a sua própria Carta Social que considera a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a dignidade humana como valores fundacionais e indivisíveis.-----

Bem proclama o Papa Francisco que o neoliberalismo torna os fortes mais fortes, os fracos mais fracos, os ricos mais ricos e os pobres mais pobres - realidade que todos bem conhecemos e que nos bateu à porta, tornando-nos um país de soberania limitada, submetido à ganância de novos vampiros, onde a fome de pão e de justiça ameaça desatar o precário equilíbrio que sempre existiu entre a esperança e o medo, a revolta e a resignação.-----

Hoje a doutrina triunfante é a proclamada por Milton Friedman, que quer a destruição do Estado Social, e por Hayek que combate o conceito e o valor da justiça social. Diz ele que uma sociedade justa nunca existiu nem existirá - e não há conciliação entre liberdade e igualdade - e é aqui nesta aparente dicotomia, que passa a linha divisória entre direita/esquerda ou conservadores - liberais e progressistas.---

Mas, Caros Amigos, eu prezo muito a liberdade política e por ela me bati antes e depois do 25 de Abril. Mas o meu conceito de liberdade já ficou definido, acrescentando agora que ele respeita essencialmente ao homem e não ao capital. A liberdade financista levou-nos onde agora nos encontramos: à beira do colapso económico-social, sem horizonte à vista enquanto não rompermos o cerco. Tinha razão Lacordaire quando afirmou - cito de memória: entre o forte o fraco, entre o rico e o pobre, entre o patrão e o empregado, é a liberdade que oprime e a lei que



liberta, a lei justa já se vê. Por isso, só um Estado Democrático forte, com intervenção ou capacidade de regulação efetiva dos setores estratégicos da economia e prestador direto dos direitos sociais, pode, a meu ver e salvo o devido respeito por opinião contrária, defender os mais fracos e desprotegidos, garantindo-lhes condições decentes de dignidade.-----

Estou certo de que o valor da dignidade humana e de justiça social é comum a todas as forças político-partidárias aqui representadas e a todos os democratas. Teremos divergências sobre os caminhos a percorrer para construirmos uma sociedade mais justa e fraterna, e essa dissonância é própria e salutar numa democracia pluralista. Mas temos uma plataforma comum à volta da qual nos devemos unir e intervir para a dignificação do nosso Povo e da nossa Pátria: a Constituição da República, filha primogénita da Revolução que hoje celebramos, porque ela é a garantia das nossas liberdades e direitos fundamentais. É o nosso contrato social que, como tal, e como escreveu Rosseau há 250 anos, deve garantir a todos a liberdade e a igualdade. E acrescenta este filósofo, já então republicano: «O Estado deve ser uma pessoa moral cujas leis expressem a vontade geral».-----

Hoje é um dia festivo, tão importante para a nossa evolução político-social, como foram no seu tempo, a Revolução Liberal de 1820, onde pontificou o figueirense Manuel Fernandes Tomás, e a Revolução Republicana de 1910, onde se destacaram, entre outros, os nossos conterrâneos da Região Centro, Afonso Costa e António José de Almeida. Mas eu não quero celebrar o 25 de Abril, o dia em que «emergimos da noite e do silêncio», com a melancolia com que durante o fascismo evocávamos a proclamação da República, repetindo anualmente o ritual das romagens aos cemitérios e de vivas à República. Gostaria, pois, de sensibilizar os presentes para as tarefas democráticas e patrióticas que nos esperam para restituir a esperança aos portugueses. Apesar das nuvens negras que encobrem o céu de Portugal e me ferem a alma como um cilício, o futuro, de liberdade e justiça, está ainda ao nosso alcance se não desistirmos de acreditar. Só é vencido quem desiste de lutar, e nada é mais forte que a força da razão e a vontade do povo.-----

Não quero terminar sem uma breve referência ao Serviço Nacional de Saúde, que tão maltratado tem sido por vários Governos, e que nos últimos anos foi vítima de tantas malfeitorias. O Serviço Nacional de Saúde é, como já escrevi, um cravo de Abril plantado no chão de Portugal. É a grande conquista da Revolução. Sem o 25 de Abril teríamos, um dia, certamente a liberdade e a democracia política, mas não teríamos Estado Social, de que o Serviço Nacional de Saúde é a trave mestra. Apelo



a todos os democratas que se unam na sua defesa e consolidação. Em nenhum setor como o da Saúde, que confina com a dignidade humana e a própria vida, é tão premente e irrenunciável, a igualdade de direitos. Dói-me o coração e tolda-se-me o olhar quando assisto, em direto ou pela televisão, ao drama que se desenrola nas Urgências do nosso país, e que devia envergonhar os responsáveis. No dia 12 de março passado, o Diretor do Instituto Português de Oncologia do Porto desmarcou 266 cirurgias oncológicas por falta de camas...-----

Mas é preciso acreditar, amigos, companheiros e camaradas. Todas as datas são festivas quando ecoam na nossa alma. É com emoção e saudade de um sonho antigo que termino, saudando-vos fraternalmente e gritando como há 41 anos:-----

VIVA O 25 DE ABRIL! VIVA PORTUGAL!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao representante da Associação 25 de Abril, Capitão de Mar e Guerra João Pereira Bastos."-----

CAPITÃO DE MAR E GUERRA JOÃO PEREIRA BASTOS: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Estou aqui em representação da Associação 25 de Abril, com muita honra e muito prazer. Fui Oficial da Marinha, agora estou reformado, e no 25 de abril tinha 34 anos. Vou ler a todos vós uma curta mensagem, assim dando o devido peso às palavras. Viver 41 anos sobre o dia em que o Movimento das Forças Armadas libertou os portugueses de uma ditadura de mais de 47 anos, abrindo as portas à Liberdade, à Democracia, à Paz, à Justiça Social, é viver a memória de todos os que estiveram envolvidos nas lutas que conduziram a essas conquistas, mas é também interpretar o sentido atual desse património histórico, dando-lhe continuidade.-----

O Movimento das Forças Armadas, que há 41 anos protagonizou essa luta libertadora do Povo Português, amadureceu nos 13 anos de Guerra de África a responsabilidade de unir a sua geração e envolver o Povo na luta pela resolução dos principais problemas, que oprimiam os Portugueses e os afastavam da comunidade mundial, ou seja, a Descolonização, a Democratização do País, impedindo o seu Desenvolvimento. Os três D's do 25 de abril.-----

Em 25 de abril de 1974, que hoje celebramos, queremos honrar a memória de tantos que lutaram ativamente por esses objetivos, não apenas nessa data mas também na caminhada para o dia da Libertação, sofrendo e tombando, para que um dia alcançassem as mudanças almejadas.-----



O Movimento das Forças Armadas teve a oportunidade histórica de contribuir decisivamente para a libertação do Povo Português, derrotando o regime político ditatorial e opressor, e criando as condições para um futuro digno e justo para Portugal.-----

Celebrar o 25 de abril é importante hoje para os que viveram intensamente com vontade redobrada de afastar os traumas do passado, e construir um futuro mais digno e justo. Mas é também o momento de recordar os valores de abril em que acreditamos, e que deviam ser o sangue da Democracia Portuguesa, o ADN gerador da forma de viver das gerações futuras.-----

O Movimento das Forças Armadas recusa-se a ser apenas história, embora tenha a honra de ter desempenhado esse papel impossível de apagar. É também nosso propósito permanente, continuar a lutar pela dignificação e justiça na sociedade portuguesa, para que consigamos viver uma Democracia de corpo inteiro, uma Democracia que viva connosco, e não uma visita que nos venha apenas «bater à porta» de tempos a tempos, para pedir um voto.-----

Temos consciência das nossas responsabilidades, e das expectativas que em nós são frequentemente depositadas para não abandonarmos a luta por um Portugal mais humano, mais justo e solidário, na mesma linha dos objetivos e dos valores do 25 de abril de 1974.-----

Estamos hoje envolvidos num pântano de indignidade, com dirigentes ao leme do poder servidores subservientes de interesses alheios aos portugueses, como tem vindo a tornar-se cada vez mais claro, designadamente, no Congresso de Cidadania recentemente organizado pela Associação 25 de abril.-----

É por isso urgente agir. Temos de ser capazes de fazer uma rutura com as políticas que levaram Portugal à situação a que chegou. Temos de continuar a sonhar e a lutar, mesmo que nos pareça utópico, com o regresso dos valores de Abril à nossa Pátria.-----

A indignidade e a injustiça social já atingiram limites insuportáveis, daí que um dos objetivos fundamentais, como disse o Dr. António Arnaut, é e recuperar a Dignidade perdida, eleita como o quarto D do 25 de abril. Temos de ser capazes de derrotar a ideologia dos mercados, do individualismo, do egoísmo, e das suas nefastas consequências.-----

Temos de acabar com a corrupção, com o não cumprimento dos mais elementares deveres por parte De alguns dirigentes, com a desbragada destruição do parêlho de Estado, com a despudorada transferência de tudo o que é público para o sector privado.--



Temos de ser capazes de recuperar um verdadeiro Estado Social, devidamente adaptado aos novos tempos que vivemos, que respeite a dignidade do nosso Povo.-----
Nós não desistimos e acreditamos que, com a mobilização de todos os democratas, conseguiremos recuperar os valores de Abril, para a nossa sociedade.-----
É essa a nossa convicção, é essa a nossa esperança, é esse o nosso desafio, é esse o nosso compromisso!-----

VIVA PORTUGAL!-----

VIVA O 25 DE ABRIL!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado João Paulo Tomé.-----

JOÃO PAULO TOMÉ: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

Trago-vos algo escrito no Chile, em 1964. Dez anos antes do 25 de abril, houve o primeiro grito de Liberdade e Democracia. E alguém escreveu o seguinte:-----

«Fica decretado que agora vale a verdade, agora vale a vida, e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira.-----

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo.-----

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.-----

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem. Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu.-----

Fica decretado que os homens estão livres do jugo da mentira. Nunca mais será preciso usar a couraça do silêncio nem a armadura de palavras. O homem se sentará à mesa com seu olhar limpo porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.-----

Fica estabelecida, durante dez séculos, a prática sonhada pelo profeta Isaías, e o lobo e o cordeiro pastarão juntos e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.-----

Por decreto irrevogável fica estabelecido o reinado permanente da justiça e da claridade, e a alegria será uma bandeira generosa para sempre desfraldada na alma do povo.-----

Fica decretado que a maior dor sempre foi e será sempre não poder dar-se amor a



quem se ama e saber que é a água que dá à planta o milagre da flor.-----
Fica permitido que o pão de cada dia tenha no homem o sinal de seu suor. Mas que sobretudo tenha sempre o quente sabor da ternura.-----

Fica permitido a qualquer pessoa, qualquer hora da vida, uso do traje branco.

Fica decretado, por definição, que o homem é um animal que ama e que por isso é belo, muito mais belo que a estrela da manhã.-----

Decreta-se que nada será obrigado nem proibido, tudo será permitido, inclusive brincar com os rinocerontes e caminhar pelas tardes com uma imensa begônia na lapela.-----

Parágrafo único:-----

Só uma coisa fica proibida: amar sem amor.-----

Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.-----

Artigo Final:-----

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir deste instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.»-----

Meus caros amigos, este grito de Liberdade acabou num banho de sangue com Pinochet. Nós, neste momento, já estamos num banho de fome, ainda não de sangue. Todos deveríamos ter a consciência desta verdade, e recuar enquanto é tempo.-----

Porque não tenho a menor sombra de dúvida que se continuarmos por estes caminhos ínvios, cedo ou tarde também nos arriscamos a um banho de sangue.-----

Por isso, peço-vos que com alma digam: 25 DE ABRIL SEMPRE!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados Municipais, Senhor Representante da Associação 25 de Abril, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, elementos da Filarmónica e também do Coral David de Sousa, permitindo-me saudar especialmente os seus diretores artísticos, e Senhores Jornalistas.---

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas logo seguido pelo levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional, que então se vivia. Pôs fim a 48 anos de ditadura



fascista e realizou radicais transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, até aí inexistentes, impulsionou transformações económicas e sociais.-----

Passados que são 41 anos, Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político orquestrado com o 25 de Abril de 74, e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais, de abertura a novos e esperançosos horizontes.-----

A extensão e a gravidade dos problemas presentes na atual sociedade portuguesa, e em muitas das suas áreas e sectores, espelham de forma indisfarçável o fracasso de 38 anos de política de direita na resolução dos problemas nacionais, e a crescente dependência do nosso País das orientações da União Europeia e dos países e interesses que a comandam.-----

A situação económica e social, a degradação dos rendimentos das famílias, a dimensão do desemprego, são exemplos da ação destruidora do governo PSD/CDS-PP e de uma realidade concreta, tangível e dolorosa que atinge milhões de portugueses. Por mais que se intensifique a propaganda do governo em torno de uma alegada retoma económica com crescimento do emprego, é visível a incompatibilidade entre o prosseguimento da política de direita e uma política de crescimento económico sustentado e de desenvolvimento social. Onde estão as grandes alterações propagandeadas? Onde se escondem "os cofres cheios", anunciados por responsáveis governamentais ao mais alto nível? Parece que o povo português foi atingido por uma miopia coletiva, porque ninguém vê estas maravilhas que, dizem, transformaram o País num Portugal melhor e mais próspero.-----

A política de exploração que, invocando a crise, Partido Socialista, Partido Social Democrata e CDS-PP promoveram por via dos PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) e do Pacto de Agressão, e sob a alçada da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, lançou o País no maior período de recessão e estagnação económica das últimas décadas, liquidou ou comprometeu perigosamente direitos constitucionalmente consagrados, privou e priva centenas de milhar de portugueses de concretizarem no seu País o futuro a que têm direito.-----

Até o nosso Concelho está, conforme estudo divulgado por estes dias, a perder população e com perspetivas preocupantes.-----

Esta política de exploração comprometeu e atrofiou o aparelho produtivo, destruiu capacidade produtiva na indústria, na agricultura e nas pescas, alienou sectores



estratégicos essenciais ao desenvolvimento, promoveu a reconfiguração do Estado ao serviço do capital monopolista, alimentando a cada dia que passa a degradação da vida política e a multiplicação de casos de corrupção.-----

Vivemos uma política que, em aberto confronto com a Constituição da República, viola direitos, liberdades e garantias, e põe em causa o normal funcionamento das instituições.-----

O número crescente de trabalhadores no ativo e de desempregados que, de igual modo, caem na pobreza, atinge dimensões preocupantes, e o crescimento acentuado das disparidades entre ricos e pobres testemunham a política de exploração que tem agravado as desigualdades e injustiças.-----

A brutal escalada antissocial e antipopular - que nos últimos três anos tem vindo a ser realizada em nome da crise - avolumou as diferenças sociais, definhou as capacidades produtivas, agravou as assimetrias regionais, alienou posições e recursos estratégicos que deveriam ser considerados "a joia da coroa". Veja-se o que se passa com o bem essencial à vida de todos, a água. Hipotecou-se a soberania nacional e empobreceu-se o regime democrático.-----

Num quadro de destruição da produção nacional, a interdição, há pouco levantada, da pesca da sardinha, com consequências desastrosas num sector já muito debilitado e com impactos negativos na indústria conserveira e de transformação do pescado, é exemplo vivo de uma política ao serviço dos interesses do grande capital nacional e estrangeiro e de costas voltadas para os interesses dos economicamente mais débeis.-----

O Partido Comunista Português continua a considerar que só uma rutura com as políticas, normas e orientações que têm pautado o processo europeu de integração capitalista, poderá contribuir para a solução dos enormes problemas económicos e sociais que se agravam, para a melhoria das condições de vida, para a recuperação de direitos e para a afirmação e exercício da soberania dos povos.-----

A dimensão dos problemas atuais exige, não o aprofundamento e continuidade de uma política determinada pela lógica do domínio do capital monopolista, expondo o País a uma sucessão de crises destruidoras, mas sim a rutura com essa política e a concretização de uma alternativa política, patriótica e de esquerda vinculada aos valores de Abril.-----

A construção da alternativa é inseparável da rutura com a política de direita e da ampliação da base social e política que dê suporte a essa política patriótica e de esquerda.-----



É crucial romper com o rotativismo dos promotores da continuada política que há 38 anos arruinam o País e a vida dos portugueses.-----

A concretização da alternativa exige que clara e inequivocamente se estabeleça o trajeto que a viabilize: a assumida opção de rutura com a política de direita em todos os seus eixos estruturantes. A questão não está em encenar processos de diálogo sobre inteligentes ou habilidosas formas de concretizar a política de direita mas sim, de forma clara, cada um assumir como pretende romper com ela. É essa a fronteira que separa alternativa e alternância.-----

Romper com a política de direita e fazer emergir uma alternativa política, patriótica e de esquerda, constitui um imperativo nacional, imperativo que corresponde a uma legítima aspiração dos trabalhadores e do povo, de todos os democratas e patriotas que não aceitam o rumo de afundamento a que a política de direita vem condenando o País.-----

Indiferente à importância que representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que afetam o seu quotidiano, o governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático na tentativa de concretização da velha ambição, também aqui, de ajustar contas com esta que é uma das mais importantes conquistas de Abril.-----

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. Um poder amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira que tentam desvirtuar.-----

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares.-----

Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.-----

Deve ser este um momento para a convergência e a unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.-----

Contra os ataques às conquistas de Abril, unamos as nossas vozes, vontades e forças.-----

Queremos um País com futuro e felicidade.-----



Para que tal se concretize defendamos Abril e o que trouxe, liberdade, fraternidade e justiça, saúde, educação, direito à informação e liberdade de expressão e outros direitos que não podem ser espoliados.-----

Viva o Povo Português ao serviço dos seus legítimos interesses e pretensões.----

Viva o nosso País, liberto de amarras e da submissão ao estrangeiro.-----

VIVA O 25 DE ABRIL SEMPRE. FASCISMO NUNCA MAIS!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Gaspar Sousa.-----

ISABEL GASPAS SOUSA: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prezados oradores convidados, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Caro público, Comunicação Social.-----

Neste dia Vinte Cinco de Abril, é com muita honra que me dirijo aos habitantes de Maiorca, num dia memorável em que se assinala o 41º aniversário da revolução de abril e no qual se inaugura esta bela obra de requalificação do Largo da Feira Velha, que há muito ansiavam.-----

«Esta é a madrugada que eu esperava-----

O dia inicial inteiro e limpo-----

Onde emergimos da noite e do silêncio-----

E livres habitamos a substância do tempo.»-----

Sophia de Mello Breyner Andresen, in 'O Nome das Coisas', 1977-----

Sophia de Mello Breyner Andersen, tal como muito portugueses, esperou ansiosamente por «aquela madrugada». Muitos acreditaram que a partir daquele dia, Portugal se transformaria de forma indelével.-----

Sophia vertia nos seus poemas uma preocupação com os problemas sociopolíticos, vividos no país, durante a longa vida da ditadura. Foi sensível às injustiças cometidas durante esse período, tornando-se um dos expoentes de resistência ao governo totalitário. Na sua obra, Sophia referia-se, de igual modo, ao tempo futuro que, se lhe afigurava como libertador, no qual haveria liberdade para sonhar, para se expressar e para resgatar a grandeza de Portugal, que há muito se havia perdido. Muitos foram os escritores, pensadores, intelectuais, compositores, e outros, que na penumbra, criticavam um regime que implodia, e ao mesmo tempo estilhava fragmentos de dor e sofrimento em direção ao povo, que sentia que não vivia em cidadania plena. Sob os auspícios de uma revolução «sem sangue», Portugal foi unânime em esperar que se partisse para uma nova Era, na qual se sentiria o sabor da democracia, do desenvolvimento económico e nos livraríamos do peso e das contrariedades da colonização.-----



Estas eram pretensões há muito exigidas por todos os que sofreram na pele a violência do Estado Novo. Para eles, o 25 de abril, era o fim de uma noite escura de ditadura e medo, de sobreposição do aparelho de estado em relação aos cidadãos, de pobreza, de conspiração e perseguição e de emigração forçada de milhares de portugueses que não viam futuro no seu país.-----

Hoje, 41 anos depois daquela madrugada, é certo que vivemos na sequência de uma revolução, que de forma inequívoca alterou o nosso país. Mas, para que possamos viver em liberdade, como sonharam os homens de abril, é indispensável que haja um respeito absoluto pelas liberdades públicas e pelos direitos cívicos dos cidadãos. Urge que nos questionemos se, afinal, teremos sabido viver em democracia. Será que o país tem dado passos substanciais em setores estruturantes para a consolidação do regime democrático?-----

Viver em democracia tem sido uma aprendizagem dolorosa, uma vez que no tecido social se vive no império do individualismo, e muitos que detêm altas responsabilidades políticas, têm feito sua a coisa pública. Portugal sofre de uma má gestão crónica que atravessa a nossa história, desde a monarquia até à atualidade. Os mecanismos da ditadura, do Estado Novo, equilibraram as finanças, mas tal opção não pode ser merecedora de apologia, uma vez essa ação causou a pobreza e o atraso crónico do nosso país.-----

Sejamos claros, estes 41 anos, foram terreno político de um leque relativamente pequeno de partidos políticos, sendo que a oposição esteve sempre presente, em todos os momentos da governação. Portanto, todos têm contribuído para o cenário económico e social com o qual convivemos e nos debatemos. Não basta dizer que quem governa não está no bom caminho, fazendo a crítica pela simples crítica, subestimando o opositor político com o objetivo de o derrubar e lhe tomar o lugar. São precisas soluções concretas, criatividade, imaginação e competência para conduzir o nosso país ao aumento dos seus níveis de produtividade, dinamizando as atividades económicas e favorecendo o acesso a um sistema nacional de saúde e de educação de qualidade, podendo assim reivindicar uma maior credibilidade no exterior. Todos sabemos que perante o estado das finanças nacionais não haveria outro caminho senão a contenção da despesa pública e o reforço dos impostos. A oposição não pode prometer milagres, pois, uma vez no poder (e já lá esteve) continuaria a atingir os mesmos, os trabalhadores por conta de outrem, e sobretudo, os funcionários públicos. Não tenhamos ilusões! O que temos constatado é que os partidos, ao sabor das oportunidades e ameaças vão desvirtuando a matriz ideológica



de base, para ceder a interesses e vicissitudes que imperam.-----
Os partidos políticos - assumidamente os "pilares da democracia" - têm vivido convulsões internas e lutas fratricidas pelo poder que pouco os têm dignificado perante a opinião pública. Urge que os partidos históricos se regenerarem a fim de se tornarem mais abertos e mais democráticos.-----

A liberdade de expressão volta a estar condicionada, não em termos oficiais, mas officiosos. Dificilmente as pessoas ousam dizer o que verdadeiramente pensam, têm medo de falar «contra a corrente», pois temem sofrer retaliações de oligarquias/ou supostas oligarquias instaladas.-----

Mia Couto, lembrou uma frase de Eduardo Galeano, escritor Uruguaio, recentemente falecido:-----

«Os que trabalham têm medo de perder o trabalho. Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho (...)» . E Mia Couto acrescentou ainda «E se calhar, há quem tenha medo que o medo acabe». Com as devidas diferenças de contextos geopolíticos, estas afirmações adequam-se ao sentimento de muitos portugueses atualmente.-----

É importante que também se reflita sobre o papel da mulher, antes e depois do 25 de abril. Sendo este um tema que muito prezo, permitam-me abordar algumas conquistas e progressos, mas também alguns constrangimentos e permanências na condição feminina em Portugal. Como mulher, não posso deixar de hoje, de refletir sobre a prática da igualdade de género no nosso país, tão apregoada nos documentos legais e tão esquecida e ultrapassada nos diversos contextos nacionais.-----

Em Portugal o sufrágio feminino materializou-se com a ação de mulheres cultas, destemidas e sonhadoras, num ambiente de fervor republicano dos primeiros anos do séc. XX. O governo saído da revolução republicana de 1910 publicou uma legislação sobre essa matéria, que estipulava que eram eleitores os portugueses de mais de vinte e um anos, que soubessem ler e escrever e que fossem «chefes de família». O enunciado era, assim, omissivo quanto ao sexo daqueles que podiam votar. Neste contexto integra-se o voto histórico de Carolina Beatriz Ângelo, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (de 1911), quando, sendo viúva se apresentou como eleitora, assumindo a sua posição de chefe de família. O seu gesto pioneiro foi, na época, amplamente noticiado na imprensa nacional e estrangeira. Esta atitude corajosa foi apoiada a montante pela ação de outras mulheres, que pelos seus escritos desafiavam o *status quo* vigente. Com avanços e recuos, a questão do sufrágio feminino estendeu-se ao longo da 1ª república e Estado Novo.-----



Na sequência do episódio protagonizado por Carolina Beatriz Ângelo, a lei eleitoral de 1913 acabou por limitar o voto exclusivamente às pessoas do sexo masculino, com mais de 21 anos e que soubessem ler e escrever. Baniam-se assim a mulher e os analfabetos deste direito cívico, uma vez que os consideravam mais permeáveis à influência da Igreja católica e das tradições.-----

Com o fim da República, em 1926, foi publicada nova legislação que continuava a negar o voto às mulheres. Em 1931, é promulgado o decreto que admite, pela primeira vez, que as mulheres votem para eleger membros do Poder Legislativo e vogais das Câmaras Municipais, mas estas teriam que ter estudos secundários ou superiores e mais de 21 anos (condição que não era exigida aos homens e que atingia uma minoria das mulheres portuguesas).-----

Em 1934, sem grande entusiasmo de Salazar, um novo diploma permite que as mulheres passam ser eleitoras e elegíveis. Ingressaram assim na 1ª legislatura da Assembleia Nacional 3 deputadas num elenco de 90 membros. A partir de então, no hemiciclo de S. Bento nunca mais deixou de haver mulheres.-----

Em 1946, o decreto sobre o recenseamento é apresentado à Assembleia Nacional, no qual foi alargada a capacidade eleitoral às mulheres chefes de família, mas retirava esse direito às mulheres casadas, o que gerou forte controvérsia.-----

O Estado Novo devido ao ideário conservador e católico fez com que a mulher, durante esse longo período, tivesse sempre num papel marginal na gestão do país, na intervenção cívica e política. Bastava o «chefe de família» para expressar a vontade política de ambos. A mulher ficava resignada e conformada ao lar, sendo este entendido como o garante de um equilíbrio social.-----

Embora tivesse havido um ténue avanço no acesso da mulher ao voto, a plena cidadania só chegou com o 25 de abril de 1974. A Constituição Portuguesa consagrou, a partir de 1976, os mesmos direitos políticos para homens e mulheres. A partir daí a mulher ganhou uma posição mais ativa na sociedade e um papel cívico com maior destaque, podendo votar e ser eleita para órgãos de gestão, administração e governo. As escolas começaram a proliferar, o acesso à universidade passou a estar aberto a um leque mais vasto de cidadãos, com destaque para as mulheres que começam a frequentar em maior número o ensino superior e a fazer carreiras brilhantes em vários domínios profissionais. As decisões tomadas após o 25 de abril instituíram um quadro jurídico que garante o respeito pela igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Mau grado estes esforços, ainda subsistem desequilíbrios significativos de género em áreas como a participação cívica e política, a tomada de decisão, a



organização familiar, o mercado do trabalho e no uso do seu tempo. Muito se tem dito e escrito sobre a questão da paridade, regra geral reportando este conceito ao mundo da política, confundindo-se com o estabelecimento de quotas para a participação das mulheres em órgãos de poder. A paridade é da mais elementar justiça, sendo uma condição *sine qua non* para a consecução e o aprofundamento da democracia. Devido a entropias várias, a mulher ainda não se conseguiu envolver em pleno nas várias dimensões da vida social, económica e política. A profusão de recomendações de diversas organizações internacionais, no sentido de promover a igualdade de participação de homens e mulheres em todos os órgãos e processos de decisão, a presença crescente desse tema no debate político dos países democráticos, as disposições legais e os regulamentos internos dos partidos, demonstram uma maior consciencialização relativamente a esta matéria. As mulheres, hoje, possuem conhecimentos, sensibilidades e valores que importa trazer para o debate social. A política das mulheres exprime um anseio por um cenário de poder diferente. Para tal seria desejável que a vida profissional se pudesse ajustar à sua vida quotidiana e à participação cívica.-----

De acordo com estudos sociológicos recentes, existem evidências de que quando a mulher tem um papel efetivo na vida política, esta participa menos nos debates. Dizem ainda esses estudos que, os homens têm mais facilidade em monopolizar conversas nesse contexto. E, perante uma intervenção feminina num órgão de poder, esta corre mais riscos de ser interrompida por homens, de ninguém comentar ou responder aquilo que disse e mesmo, de as questões que levantou não ficarem em ata, ou não virem referidas nos *media*.-----

No panorama económico e social essas assimetrias ainda subsistem: o desemprego ainda afeta mais as mulheres, os cargos de chefia, ainda continuam a ser maioritariamente masculinos, em alguns setores económicos o trabalho das mulheres é pior remunerado, atualmente a intromissão dos patrões na decisão da mulher poder/ou não ser mãe, poder ou não ter tempo para amamentar... constitui uma atitude de desrespeito pelos direitos humanos e pela necessidade urgente do nosso país de renovar as gerações, o que só seria possível através de medidas de incremento à natalidade.-----

Mau grado as diversas dificuldades com que se debatem as mulheres no quotidiano, a sua afirmação nos mais diversos domínios, tem sido inquestionável. A percentagem de mulheres na população ativa não só aumentou significativamente como coloca as mulheres em posições cimeiras. Existe uma elevada percentagem de elementos



femininos na população escolar, particularmente ao nível superior que potenciam a entrada de mulheres em carreiras tradicionalmente masculinas, nas magistraturas, na polícia, na alta finança, na diplomacia, nas áreas tecnológicas, nos governos. Ora, isto só prova que na política, como na vida, as mulheres são capazes!----- Por fim, não diria que abril tenha sido em vão. O nosso país mudou substancialmente... mas passados 41 anos, deveriam revitalizar-se os valores democráticos de abril, pois a esperança começa a dissipar-se...-----
Façamos com que abril e o país de abril tenha valido a pena... Que saibamos viver em Democracia! Termino com um poema de Chico Buarque, reescrito em 1978, quando a revolução começava a dar sinais de algum cansaço:-----
«Foi bonita a festa, pá-----
fiquei contente-----
e inda guardo, renitente-----
um velho cravo para mim-----
Já murcharam tua festa, pá-----
mas certamente-----
esqueceram uma semente-----
nalgum canto do jardim-----
Sei que há léguas a nos separar-----
tanto mar, tanto mar-----
sei também quanto é preciso, pá-----
navegar, navegar-----
Canta a primavera, pá-----
cá estou carente-----
manda novamente-----
algum cheirinho de alecrim.»-----

Colocando os olhos no futuro e num rasgo de esperança digo: VIVA O 25 DE ABRIL!"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Luis Mendes Ribeiro.-----

LUIS MENDES RIBEIRO: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte, Senhor Presidente da Câmara, João Ataíde, Senhor Dr. António Arnaut, homem que personifica muitas das virtudes do Portugal de Abril, e a quem, comovidamente, agradeço estar aqui hoje connosco olhos nos olhos, Senhor Capitão de Mar e Guerra João Pereira Bastos, representante da Associação 25 de Abril, na pessoa de quem saudamos fraternalmente todos os militares de Abril e do Movimento das Forças Armadas, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras deputadas e Senhores



deputados municipais, Senhores Presidentes de Junta e membros de Assembleias de Freguesia aqui presentes, dignos autarcas, orgulho e força do Portugal de Abril que aqui hoje celebramos, Autoridades Militares e Civis presentes, Senhores Jornalistas pilares da liberdade de expressão e garante de uma sociedade que pensa, Senhoras e Senhores Munícipes da Figueira.-----

«Esta é a madrugada que eu esperava-----

O dia inicial inteiro e limpo-----

Onde emergimos da noite e do silêncio-----

E livres habitamos a substância do tempo.»-----

Com estes versos a nossa Sophia resumiu indelevelmente todas as esperanças e todos os sonhos do 25 de Abril. E é com estas belas, poderosas, mas simultaneamente simples palavras que, como não poderia deixar de ser, fazemos uma evocação inicial aos militares de Abril, que saíram do Regimento de Artilharia Pesada da Figueira da Foz, do RAP3, nessa madrugada, fazendo assim também da nossa cidade um dos berços da Revolução.-----

Não poderia a Figueira de Manuel Fernandes Tomás, patriarca da liberdade, não estar entre as primeiras na sua reconquista.-----

Uma saudação inicial, também eivada de um espírito de fraternidade, ao Partido Comunista Português, ao Partido Social Democrata, ao Bloco de Esquerda, e ao CDS - Partido Popular, partidos políticos que na Assembleia Municipal da Figueira da Foz, ao nosso lado, ao lado do Partido Socialista, participam nesta exaltante missão de todos os dias ajudarmos a construir o Portugal de Abril. Todos foram e são imprescindíveis a Portugal.-----

Celebram-se hoje 41 anos sobre o 25 de Abril, e exatamente 40 anos sobre a data das primeiras eleições livres e democráticas para a Assembleia Constituinte, a 25 de Abril de 1975, que dotou Portugal de uma das mais modernas e progressistas Constituições, e iniciou em pleno a nossa democracia.-----

Apenas alguns dias mais tarde, as grandes manifestações que por todo o país e também na Figueira, com a Dr.ª Cristina Torres à sua frente e empunhando uma bandeira nacional, saíram à rua no 1.º de Maio, firmaram a legitimação do 25 de Abril pelo nosso povo, com imagens que não podem hoje deixar de nos comover e tocar profundamente.-----

Mas, celebrar Abril é recordar todos aqueles que resistiram à longa noite imposta aos portugueses, acendendo na escuridão a pequena mas firme luz da liberdade, da cultura e da dignidade da pessoa humana.-----



Uma evocação, em particular, ao Partido Comunista Português, a única força política organizada que, praticamente desde o início, se opôs à Ditadura, e cujos militantes com elevado sacrifício pessoal, muitas vezes da sua própria liberdade, vezes demais da própria vida, se levantaram pela dignidade do nosso povo. Para eles, bem como para todos os presos políticos que passaram pelas celas do Tarrafal, de Peniche, do Aljube e de Caxias, o reconhecimento de Portugal de Abril, o reconhecimento do Portugal libertado. Nenhum foi, é ou será esquecido!-----

Celebrar Abril é recordar os nossos soldados que não regressaram e cuja memória deve ser honrada por um país por quem deram a sua juventude, a sua saúde e, em muitos casos, a própria vida.-----

Recordamos hoje e prestamos a nossa homenagem a todas as mães, a todas as mulheres e a todas as filhas para quem a palavra Portugal passou a representar também uma eterna perda, nunca recuperada, nunca compensada, nunca esquecida.-----

Celebrar Abril é recordar e lembrar os portugueses de África, forçados a praticamente tudo abandonarem, bem como o seu extraordinário e bem sucedido esforço de integração social e económica, poucas vezes repetido na História, os mais de meio milhar de pessoas.-----

É o momento também para recordar os povos irmãos de África, para quem o 25 de Abril abriu as portas da sua própria liberdade e independência, e aos quais nos devem hoje e no futuro unir laços de fraternidade entre povos que partilham muito mais que uma língua em comum. Juntos tentamos hoje construir um império unido por laços de fraternidade, de cultura, de direitos humanos e de liberdade. Um império de língua portuguesa tal como sonhado por Pessoa.-----

Celebrar Abril é recordar os milhares e milhares de emigrantes que, muitas vezes, atravessando a fronteira «a salto», ilegalmente aos olhos da lei, mas legitimados pela dignidade de quem vive apenas com o esforço do seu trabalho, se viram obrigados a sair de Portugal para procurar fora as condições de vida dignas e as oportunidades para eles próprios e para os seus filhos, que aqui lhes eram negadas.-----

Mas, o que representou Abril de tão transcendente, para além de valores e princípios fundamentais, que muitos poderão porém considerar despiciendos?-----

Representou, tão simplesmente, para muitos portugueses o direito à felicidade muitas vezes consubstanciado na possibilidade de colocar os seus filhos a estudar, de ter acesso a cuidados primários de saúde, no simples acesso a eletricidade, no simples acesso a água potável, a ter uma adequada ligação ao saneamento público, a ter a possibilidade e o direito a uma habitação digna, o direito, por fim, a uma



vida digna que todos os seres humanos devem poder aspirar. Porque se há um princípio que Abril nos legou, é que nenhum ser humano pode ficar para trás, nenhum ser humano pode ser esquecido, e sobretudo, numa sociedade democrática todas as pessoas contam, qualquer que seja a sua origem social, a sua origem étnica, a sua formação e as suas habilitações. Todos contam!-----

Quarenta e um anos depois apresentámo-nos perante a História, apesar das dificuldades presentes e certamente futuras, não como vencidos, não como um povo prostrado nem vergado, mas como um povo que enfrentou e enfrenta os desafios de cabeça bem erguida. Afirmamos hoje sem dogmatismos, sem falsos purismos, sem a arrogância de que tantas e tantas vezes se reveste o vazio discurso político, aquelas que considerámos serem as certezas inabaláveis de Abril - os valores e a ética republicana - e que hoje, uma vez mais, aqui reafirmamos.-----

Quando assistimos ao recuo nos direitos adquiridos pelo nosso povo nos últimos 40 anos, a única resposta que honra Abril e poderá deixar orgulhosos e seguros os nossos filhos, é a que rejeita o Medo, a que resiste às ameaças, e se mantém intransigente, firme, digna e convicta na defesa dos valores da Democracia e de um Portugal para todos, para todos.-----

Hoje, como no passado, na defesa da liberdade e na defesa dos valores de Abril nem todos desistem, nem todos contemporizam, nem todos renunciam e nem todos se comprometem, ou vendem pessoas ou ideias.-----

A minha geração foi, é e será confrontada, e não apenas por escolha própria, com o grande desafio de defender o Portugal de Abril, com o grande desafio de defender o legado de Abril. E não apenas de o defender, como, sobretudo, de o refundar. Mas esta é uma responsabilidade que não só recusamos, como assumimos com a plena consciência dos valores e princípios de Abril que nos cabe prosseguir.-----

Todos aqueles que hoje fazem ou estão na política, e alguns certamente estão mais do que fazem, têm a grande responsabilidade de recuperar a política como uma das mais nobres e dignas das ações humanas. Sobretudo têm a grande responsabilidade de recuperar a política para as pessoas.-----

Temos de exigir assim mais dos nossos autarcas, temos de exigir mais dos nossos ministros, temos de exigir mais dos nossos secretários de estado e daqueles que a partir do Terreiro do Paço, em sentido figurado naturalmente, olham muitas vezes para o país como uma estatística, enquanto outros o veem como pessoas - homens e mulheres com o rosto marcado pelo seu trabalho, homens e mulheres com o rosto marcado pela angústia e pela incerteza dos amanhãs que não sorriem. Temos de exigir



mais de quem gere a nossa economia, temos de exigir mais dos nossos sindicatos, temos de exigir mais das nossas associações, temos de exigir mais daqueles que educam os nossos filhos.-----

Temos de exigir mais dos nossos deputados. Temos de exigir mais, no fundo, de nós próprios. Porque também o rigor, a absoluta transparência democrática e a boa administração são valores de Abril. Nunca como agora foi tão necessária a política, nunca como agora foi tão urgente estar na política, nunca como agora foi tão importante assumir uma posição perante as injustiças e as iniquidades. Nunca como agora foi tão importante a participação de todos na política, nunca como agora foi tão importante não virar a cara.-----

Na defesa da liberdade não se transige, na defesa da liberdade não se desiste, na defesa da liberdade não se renuncia, e na defesa da liberdade não se comprometem ideias.-----

Defender a liberdade em todo o seu mais profundo significado, em todo o seu mais profundo alcance, em toda a sua amplitude, é defender todos os homens em qualquer parte onde ela esteja ameaçada.-----

Quarenta anos depois, é altura de, uma vez mais, tomarmos em nossas mãos o nosso próprio destino, sem medos, integrados numa fraterna Europa dos povos, um espaço de liberdade e direitos, um espaço de cultura, um espaço de prosperidade para todos e não apenas para alguns.-----

É preciso voltar a fazer da política um lugar por onde passam os mais belos sonhos da humanidade. Porque nas palavras de Manuel Alegre «Só um tempo é o nosso, e o tempo é hoje».-----

VIVA O 25 DE ABRIL!-----

VIVA A NOSSA FIGUEIRA DA FOZ!-----

VIVA A REPÚBLICA!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Senhor Dr. António Arnaut, que hoje nos deu o privilégio de estar connosco, conferindo a esta cerimónia um significado muito especial do 25 de abril, pela sua genuinidade democrática, pelo seu combate exercido ao longo de toda a sua vida, e pelo exemplo que nos deixa, Senhor Capitão de Mar e Guerra João Pereira Bastos, representante da Associação 25 de Abril, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, Senhores Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, elementos da



Filarmónica e também do Coral David de Sousa, Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores.-----

Cumpre-se mais um aniversário - o 41º - da revolução do 25 de abril de 1974 e mais uma vez assinalamos a data. Este ano fazemo-lo na freguesia de Maiorca e em colaboração com a respetiva Junta, que saúdo na pessoa do seu Presidente, Filipe Dias, e a quem agradeço a disponibilidade demonstrada.-----

Assinalamos esta data não como uma rotina que se institucionalizou mas como um verdadeiro dever cívico. É um dever que se reforça a cada ano que passa. É que evocar a madrugada sonhada por muitos torna-se cada vez mais importante à medida que se substituem as gerações. Vai-se perdendo, lentamente, a memória viva dos factos, do ambiente pesado da ditadura e torna-se imperioso contrariar esse movimento natural. É preciso, portanto, que, no espaço público, seja sempre lembrada a centralidade da revolução dos cravos e o advento do Portugal democrático.-----

A revolução de 1974 trouxe, para a esmagadora dos portugueses, a esperança de que Portugal se transformaria numa democracia próspera do tipo europeu ocidental. Os acontecimentos do 25 de Novembro de 1975 vieram confirmar essa opção e afastaram de vez o espectro da instauração daquilo que ficou conhecido como «democracia popular».-----

Creio que não erro muito se disser que, na mente da generalidade dos portugueses, depois dessa consolidação de 1975, estaria um regime que combinaria quatro elementos fundamentais: uma democracia parlamentar representativa, uma economia de mercado moderada pela intervenção do Estado, um conjunto de amplas liberdades civis e um sistema público de proteção social de espectro tão amplo quanto possível. No fundo, tratava-se de fazer o equilíbrio necessário entre os valores da eficiência económica, das liberdades individuais e da equidade entre indivíduos. Com mais ou menos dificuldades - e houve-as, claro - esse modelo veio a vingar e obtém plena confirmação nesse momento decisivo em que Portugal adere às Comunidades Europeias.-----

Inserido num espaço de prosperidade e bem-estar único no mundo, Portugal assumia, de corpo inteiro, aquilo que ficou conhecido como a sua "vocação europeia" e passa a estar representado e a ter voz nos grandes areópagos europeus. Recordo ainda que, poucos anos depois, se dá a queda do Muro de Berlim e começam a eliminar-se, por essa via, os «problemas de vizinhança» da então Europa a 12.-----
Vêm então os anos da bonança - boas taxas de crescimento, «convergência», redução



da inflação, aumento do poder de compra, acesso alargado a bens de consumo, fim das restrições ao crédito, aumento da proteção social, etc., etc. Mais tarde, já em 2002, esse registo atinge o expoente máximo, correspondendo à adesão de Portugal à moeda única, prenunciada já pela integração do escudo no chamado Sistema Monetário Europeu e pela sucessão de bons resultados nas contas públicas.-----

Volvidos uns anos, estamos confrontados, hoje, com um situação em que se afiguram abalados vários dos pilares do sistema em que nos movimentamos.-----
Vejamos.-----

O parlamento é, seguramente, o menos respeitado dos órgãos de soberania. A generalidade dos portugueses desvaloriza o debate parlamentar, não conhece os deputados que os representam e cultiva uma grande distância face ao fenómeno político.-----

A confiança no mercado e nos seus agentes e mecanismos, um elemento fundamental para o seu adequado funcionamento, está seriamente abalada por uma profusão de casos que são, de resto, incompreensíveis para a generalidade dos cidadãos. A situação parece ainda algo mais alarmante quando, quase sempre, se está perante mercados que são objeto de regulação pública.-----

Por último, no plano da proteção social e da dotação de serviços públicos essenciais, têm proliferado notícias que dão conta de recuos significativos, com impacto na vida dos cidadãos mais desprotegidos.-----

Minhas Senhoras, meus Senhores:-----

Haverá um sem número de razões que nos arrastaram até à situação difícil que vivemos hoje. A história encarregar-se-á de clarificar quais foram as mais importantes dessas razões. Ainda assim, gostava, nesta data tão especial, de partilhar algumas reflexões em torno desse tópico e tentar, tanto quanto possível, perspetivar as linhas de orientação que nos permitirão, pelo menos, atenuar as dificuldades que atravessamos.-----

A primeira observação que quero deixar é esta: creio que é hoje claro que, quando Portugal aderiu à moeda única, a esmagadora maioria dos cidadãos e mesmo dos analistas não captou cabalmente a situação em que nos colocamos. Sem política cambial, sem política de taxa de juro, portanto, sem política monetária, ficamos expostos a orientações de matriz europeia que não são necessariamente, em cada momento histórico preciso, aquelas que melhores nos servem. É o problema dos chamados «choques assimétricos». Aderimos, enfim, a um espaço em que a cultura dominante, de inspiração alemã, da política económica assente em moeda forte,



contas públicas relativamente sólidas e juros baixos. Porventura «anestesiados» com este último elemento, talvez não nos tenhamos dado conta que os outros elementos da cultura «euro» dominante nos eram muito estranhos.-----

O fator «juros baixos» e o acesso quase ilimitado ao crédito fez com que o Estado central, algumas autarquias locais, muitas empresas e famílias se endividassem para lá do aceitável e prudente. O refluxo desse processo é bem conhecido: quando se colocaram dúvidas sobre a capacidade das instituições para satisfazerem os seus compromissos, foram exigidos programas de austeridade públicos e privados asfixiantes.-----

Mas para lá de fatores de natureza económica, há, a meu ver, elementos de natureza estritamente política que contribuíram, de forma decisiva, para a atmosfera algo dissolvente que vivemos 41 anos depois do 25 de Abril.-----

Esses elementos estão centrados, como bem se compreende, no sucessivo incumprimento das generalidades das promessas feitas pelos agentes políticos. Sucessivamente, todos temos assistido, à derrogação de promessas eleitorais, ao anúncio de cenários idílicos que se transformam depois em pesadelos, em alívios fiscais que acabam em agravamentos.-----

O corolário destes factos é, como bem se compreende, a quebra da confiança entre os políticos eleitos e os eleitores e, mais grave, a perda da credibilidade das instituições. No limite, esse processo de descrença desencadeia os mais graves fenómenos de puro populismo, de demagogia irresponsável, afasta os cidadãos da genuína preocupação com a coisa pública e pode conduzir ao desdém pela democracia. Julgo também que, em geral, as medidas tomadas ao arrepio das promessas não resultam de qualquer má intenção dos governantes. Nenhum político gosta de tomar medidas impopulares.-----

De todo o modo quero, neste ponto, deixar uma nota muito pessoal.-----

A meu ver, mesmo em circunstâncias especialmente difíceis, as escolhas que se tomam têm sempre certa margem – ainda que muita curta – de decisão política. Mesmo em medidas ditas de «contenção», há sempre algum elemento de escolha perante «contenções» alternativas.-----

Ora, estou pessoalmente convencido que, nos últimos tempos, nem sempre tem havido a preocupação de manter o consenso social estabelecido. Com dificuldades e problemas – seguramente – construimos, desde o 25 de Abril, um Estado providência com um desempenho aceitável. Porém, como referi, julgo que nem sempre tem havido a clarividência para manter os equilíbrios mínimos que servem de sustentáculo à



nossa vida comum.-----
Dito isto, o essencial, penso eu, é reconhecer que tem havido uma distância insustentável entre aquilo que é prometido e anunciado pelos políticos e a respetiva prática como governantes. Há, portanto, um problema com as «promessas». E entro aqui no núcleo final da minha intervenção.-----
Creio que a mensagem central que importa hoje reter é a de que a manutenção do sistema democrático herdado da revolução do 25 de Abril, baseado nos partidos, impõe aos políticos - sobretudo aos que aspiram assumir responsabilidades governativas - uma reflexão muito exigente.-----
Essa reflexão tem de partir da constatação que atrás fiz de que está, em boa medida, destruída a relação de confiança entre eleitos e eleitores. E está destruída porque, sucessivamente, os contratos eleitorais celebrados foram reduzidos a insignificâncias.-----
Renovar, em bases saudáveis e duradouras, a relação de confiança com os eleitores, devolver aos cidadãos o gosto pela política e a preocupação pelo bem comum e pelo interesse público, é tarefa que impõe alterações relevantes no discurso político, em especial aquele que é feito em ambiente de campanha eleitoral.-----
Trazer um registo de verdade, de assunção clara das dificuldades, e da recusa da promessa barata para o discurso político é hoje, porventura, o mais vital dos trabalhos que o regime democrático nos impõe. Será até essa, talvez, a marca mais notável que os grandes estadistas da História nos deixaram. O contrário disso pode levar-nos a um delicado beco sem saída e a um novo lamento pelo «estado a que isto chegou».-----
Porém, a partilha das dificuldades deve ser sempre equitativa e não pode comprometer o imprescindível compromisso de coesão social. Todo o sacrifício exigido tem de ter uma explicação plausível. A Democracia faz-se com todos, em benefício de todos, e sempre em Liberdade.-----
VIVA A LIBERDADE!-----
VIVA A DEMOCRACIA!-----
VIVA O 25 DE ABRIL!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Renovo as saudações iniciais a todos os concidadãos presentes.-----

Evocar Abril é falar de liberdade, porque a liberdade não nasce connosco, conquista-se. No 25 de Abril de 1974 ou se conquistava a liberdade ou um regime decadente, mantinha o povo português amordaçado, alimentando uma guerra injusta,



inútil e inconsequente. Cabe-nos a nós defender a liberdade, contribuindo, diariamente, para o seu aperfeiçoamento.-----

Neste Abril de 2015, que assinala 40 anos das Constituintes é oportuno refletir sobre a democracia que temos. Recordo e relembro as primeiras eleições livres, com longas filas para votar, éramos mais de 90% dos inscritos e hoje se calhar já não chegamos aos 50%. Os partidos são imprescindíveis à democracia, mas não são os donos, dos votos dos cidadãos, por isso, é necessário e urgente parar para pensar. Acabou o Resgate e nós perguntamos -VALEU A PENA O SACRIFÍCIO?-----

Os Portugueses ficaram Mais Pobres, os remediados foram Despromovidos à Pobreza, continuando os ricos a ficar Mais Ricos.-----

Portugal está diferente, mas não para melhor, porque subiu o Desemprego, esmagaram-se os Ordenados e baixaram os Apoios Sociais.-----

As políticas seguidas comprometeram, deliberadamente, o desempenho das «Funções Sociais do Estado», afetando de forma indiscriminada a generalidade dos «Serviços Público», com prejuízos irreparáveis nos «Cuidados de Saúde», no «Funcionamento da Justiça», na «Segurança Social» e nas «Escolas».-----

A prometida «Recuperação Económica» que o povo tanto precisava, não ocorreu. A «Falência das Empresas» e a «Degradação do Valor do Trabalho», produziram um aumento inédito do desemprego, obrigando, também, «os mais jovens e qualificados» a abandonarem o País.-----

Depois de Portugal ter sido usado, como exemplo, de bom aluno da troika, está hoje identificado, como um dos 16 países com «Desequilíbrios Graves». Em concreto o «Endividamento Externo», o «Privado», o «Público» e o «Desemprego».-----

A «Dívida Pública» voltou a subir e está agora em 128,7% do PIB - 224,5 mil milhões.-----

Na Europa e em particular em Portugal, há gente imune à crise, gente a engordar com ela e os outros que mergulharam profundamente na Calamidade Social.-----

Perante tudo isto, o nosso Primeiro-Ministro nem se Autocritica, nem se deixa Criticar, dizendo que a sua Autoridade não sai «Beliscada» e nós perguntamos, «que Autoridade Ainda Falta Beliscar?»-----

É importante que a «Lei Seja Igual Para Todos», mas, mais importante é que «Todos Sejam Iguais Perante a Lei».-----

Dizer que estamos melhor é enganar a opinião pública. As Finanças e a Economia devem servir as pessoas e estas não devem ser sacrificadas no altar das Finanças. A forma como a Banca, o Fisco e o Estado se transformaram em marcas de Extorsão,



é um dos aspetos desta crise. Cobram comissões, penhoram e multam, esmagando famílias «Desesperadas pelo Desemprego».-----

A Austeridade foi e continua a ser o Rosto da Exploração, apropriando-se dos Vencimentos, mas, também, das Reformas e das Pensões, rasgando um compromisso social que o Estado se comprometera a devolver, «Era o Investimento numa vida de Trabalho».-----

Pedimos um voto de esperança, reduzam o «Stress Fiscal», porque não haverá Economia se as famílias não tiverem dinheiro para comprar e os Economistas sabem isso.---

Senhor Primeiro-Ministro, num país onde os salários são bastante inferiores à média Europeia, insistir na «Redução dos Custos do Trabalho», como estratégia para «Ganhar Competitividade» é ignorar os «Bloqueios Estruturais do País».-----

Nós não precisamos numa «Desvalorização Interna», mas sim de «Investimento e Desenvolvimento».-----

Jamais teremos uma Sociedade Desenvolvida, com «Salários e Pensões Esmagados até ao Nível da Pobreza», com cortes nos direitos sociais, que colocam os Portugueses em condições de miséria, onde «os Custos do Trabalho a que o Senhor Primeiro Ministro se refere - leia-se mão de obra», são uma gota, uma pequena gota, na Saúde Económica das Empresas, porque é a «Força do Trabalho Braçal e Intelectual» que produz a riqueza.-----

Se tem muito empenho em baixar o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, porque não baixa, também, o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e a Taxa Social Única, cujos montantes serão de imediato reinvestidos na economia, porque as famílias precisam de comer.-----

Se dúvidas houvessem, olhemos então o Retrato da Saúde em Portugal, que nos revela o Esvaziamento Progressivo do Estado Social ou seja, as Consultas, os Exames Médicos e os Tratamentos. A abertura ao privado de um setor Tão Rentável como o da Saúde, só pode surpreender os mais distraídos.-----

Atentos ao que se passa na saúde, estamos a ver a Canibalização do Setor Público pelo Privado, face a esta Economia Capitalista Global, dominada pelos Poderes Financeiros, «que subordina ao lucro, valores como o da dignidade humana, da democracia e da solidariedade.»-----

Senhor Primeiro-Ministro, «os Idosos têm mais passado que futuro». Para eles passado e futuro é Presente. Repare bem, os Idosos Remediados, repartem com os Filhos e os Netos, num verdadeiro Ato de Gestão, o que resta de "Uma Reforma Confiscada", que muitas vezes não supera as necessidades do Pão e dos Medicamentos.



Os Idosos com reformas de miséria, morrem Solitários, Sinalizados por Cheiro Nauseabundo e sem Solidariedade do País, que ajudaram a construir, como as Maternidades, os Hospitais as Escolas e todo o Bem Estar onde os homens de Ontem e de Hoje nasceram, cresceram e alguns se fizeram Governantes.-----

Este é o país real, que até posso admitir que «V. Excelência Não Conheça» e por isso, advém-me a força moral e o direito de dizer, «NÃO DEIXAR QUE OS REFORMADOS PARTICIPEM DOS SEUS PRÓPRIOS BENS - O CONFISCO DAS PENSÕES - É ROUBÁ-LOS E TIRAR-LHES A VIDA».-----

A imagem de «Casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão» leva-me a pensar, que esteja na origem do aumento da violência doméstica, por vezes até à morte, onde já «nem as crianças são poupadas». Mas, também penso, Senhor Primeiro-Ministro, porque aderem os jovens ao Estado Islâmico e vem-me à ideia, a oferta que a Europa da Senhora Merkel e dos que a Bajulam, lhes oferecem, Desemprego, Falta de Valores e Corrupção.-----

A Senhora Merkel e a Alemanha, não têm qualquer intenção em ajudar Portugal, ou os países do Sul, porque o seu Produto Nacional Bruto (PNB) é hoje superior ao seu Produto Interno Bruto (PIB), só possível pela transferência para a Alemanha, da riqueza produzida em Portugal e nos outros países em assistência. Só no período da "TROIKA" a riqueza produzida em Portugal e transferida para a Alemanha e outros países, foi de 20.807 milhões de Euros.-----

E antes que a voz me doa quero continuar a gritar:-----

VIVA O 25 DE ABRIL!-----

VIVA PORTUGAL!"-----

Seguiu-se a atuação do Coral David de Sousa interpretando um tema alusivo ao evento, e de Maria João Sousa que cantou e declamou o poema «Somos Livres» de Ermelinda Duarte, após o que a Associação Musical União Filarmónica Maiorquense interpretou o Hino da Cidade da Figueira da Foz.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram treze horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----